CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2017

Nos dias 27 e 28 de setembro de 2017, na sala de Reuniões Plenária, localizada no 10º andar, do Ed. Parque Cidade Corporate Quadra 09, Lote C, Torre A, em Brasília-DF, foi realizada a 30ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. Estiveram presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Darci Frigo **(Plataforma Dhesca Brasil);** Francisco Nóbrega (**DPU);** Akemi Kamimura (**SNC**); Everaldo Bezerra Patriota (**Conselho OAB**); Gilberto Vieira dos Santos (**CIMI**); Sandra Carvalho (**Justiça Global**); Leonardo Pinho (**UNISOL Brasil**); Paulo Roberto Maldos (**CFP**); Nívia Silva (**CNPG**); Deborah Duprat (**PFDC**); Diana Mann (**Polícia Federal**); Fabiana Muniz (**MRE**). Participou também Renata Studart (**Secretária Executiva – CNDH).** Frigo inicia a reunião explicando o porquê de essa reunião ser apenas de um dia, no intuito de aproveitar a vinda para o Encontro Nacional, ela foi pensada para preparar a reunião de dezembro que terá quase todas as reuniões de comissões e fazer uma retrospectiva e avaliação do trabalho realizado ao longo de 2017. Foram feitas alterações na pauta proposta. Cada conselheira/o fez uma avaliação acerca do Encontro. Patriota faz avaliação positiva do Encontro, expressa preocupação com as demandas para o CNDH e a dificuldade de realização de algumas delas. O maior problema que ele percebeu é a desestruturação dos conselhos no geral. Seria importante que nos estados que não têm conselho o CNDH oficiar o governador sugerindo a criação do conselho estadual e nos que têm, mas não estão funcionando, fazer uma incidência para ver o que está acontecendo. Deborah sugere expedir ofícios aos governadores questionando se há conselho, se está funcionando, a periodicidade das reuniões. Paulo coloca que deveria ser construída uma rede entre os conselhos, conforme foram faladas várias vezes no Encontro, o primeiro passo seria fomentar a circulação de informações e depois parcerias nas incidências locais feitas pelo CNDH. Leonardo faz avaliação positiva do Encontro, mas ressalta a baixa presença de deputados e senadores e de somente um campo político, é preciso refletir o porquê disso. Baixa representação dos/as conselheiros/as do Executivo e do Legislativo. Dois pontos que chamaram a atenção foram: acirramento de conflito nas escolas, refletindo o tensionamento do "Escola sem partido" e da ideologia de gênero; e a pauta do trabalho, com destaque para a Emenda 95; outro tema recorrente foi o genocídio da juventude negra. Sobre os conselhos estaduais seria preciso que o CNDH tivesse um mapeamento dos conselhos estaduais, com funcionamento e estrutura deles, pois apareceu muito nas reuniões a pauta da criminalização e esvaziamento desses espaços. Ressalta que seria importante realizar outra reunião ampliada ano que vem, apesar de ser ano eleitoral. Diana se desculpa pela ausência e coloca que não foi um posicionamento institucional para que ela não fosse. Gilberto ressalta a importância de uma articulação em rede com os outros conselhos, conhecendo as pessoas que os compõem e estreitar os laços de interação. Coloca que foi importante a realização do evento na Câmara, inclusive para fortalecer a articulação entre o CNDH e as Comissões, mas sugere que na próxima reunião ampliada seja repensado o espaço para algo menos formal e repensar a metodologia para ter um processo de construção mais propositiva. Faz destaque para as violações contra as religiões de matriz africana, pois foram muitos relatos e é importante que o CNDH se aprofunde nesse tema. Carlos comenta sobre a atividade autogestionada proposta pela ABGLT, acredita que por isso apareceram tantas pautas para o CDNH, no entanto, não é o interesse que haja

um deslocamento da pauta para o CNDH em detrimento do Conselho LGBT. Acredita que foi um Encontro importante, inclusive por conta do cenário nacional. Sandra faz avaliação positiva, mas acredita que a metodologia pode ser melhorada, além disso, percebeu que existem muitos temas individuais e particulares, mas que o Conselho, enquanto Conselho Nacional, deve se debruçar sobre os grandes temas. Seria importante ter reuniões descentralizadas do Conselho para fortalecer essa rede nacional. Fabiana Muniz informa que não pode participar do evento por conta da demanda de trabalho no MRE. Akemi coloca que seria importante ter um dia inteiro de reunião ampliada, pensar em outras formas para colocar as pautas para discussão. Importante também mapear a composição, funcionamento, mandato dos conselhos estaduais, a SNC poderia ajudar a compilar esses dados. Eneida coloca que acha importante priorizar as demandas para que consiga dar conta, pelo menos, das que foram mais faladas. Incentivar o funcionamento dos outros conselhos, realizar o próximo encontro e a reunião ampliada. Pede para que as/os conselheiras/os suplentes sejam também informadas/os sobre a pauta das reuniões do conselho e como elas/es podem participar das reuniões. Herbert coloca que na tentativa de fortalecer os conselhos estaduais o MDH pode colaborar com a articulação de emendas para equipamentos, etc., sobre a metodologia do Encontro é possível pensar um trabalho conjunto com o pessoal da ENAP da parte metodológica para ajudar na elaboração de uma metodologia melhor. Sobre as sugestões, em especial para pensar o Brasil que queremos em direitos humanos, seria importante aproveitar o ano eleitoral para fazer com que essa pauta chegue aos candidatos. Francisco coloca que percebeu muitas denúncias sobre a questão da migração, especialmente nos estados do norte e acredita que esta pode ser uma pauta que o CNDH precise entrar; outro ponto destacado foi de uma forma geral o impacto da mineração, mas em especial a mineração. Marquinho coloca a importância do fortalecimento da sociedade civil que atua nos conselhos estaduais de direitos humanos. Outro ponto é o enfraquecimento dos espaços participativos, seria importante trabalhar de forma ampla e conjunta para fortalecer esses espaços. Coloca que teria sido importante a garantia da participação dos suplentes no Encontro, o que não foi possível. Renata faz contribuição sobre o que o CNDH já tem feito sobre essas demandas, a criação do e-mail que havia sido sugerida já foi feita, o grupo foi criado, mas não há troca entre CNDH e os conselhos estaduais, portanto a troca é preciso que seja feita dos dois lados, que alguém nos conselhos estaduais também esteja preocupado em olhar as pautas e reuniões do CNDH. Sobre a estrutura dos conselhos estaduais, desde o encontro no ano passado já coletamos informações sobre alguns estados, no entanto, faltam informações sobre a funcionalidade do conselho. Outro ponto muito falado no encontro foi sobre os planos estaduais de DH que, por vezes não está em concomitância com o PNDH-III, a SNC já se colocou a disposição para colaborar com a institucionalização nos estados. Frigo informa que a pauta desta reunião não foi realmente enviada para ninguém, mas que as outras são enviadas para todas/os, inclusive os suplenetes, sobre a participação dos suplentes no Encontro o que foi faltou foi pautar essa questão no pleno. Sobre o pacto de direitos humanos ficou criado um grupo de trabalho para pensar a proposta, 5 conselheiros estaduais se candidataram (RS, SC, PR, CE,RO), do CNDH farão parte do GT o Leonardo (UNISOL) e a Akemi (SNC). Deborah relembra a sugestão para que o CNDH exija do governo um plano de cumprimento das obrigações da RPU aceitas pelo governo. Leonardo sugere que seja feita priorização das demandas para o CNDH e dar resposta para aquelas sugestões que o CNDH já

cumpriu. Patriota sugere que os conselheiros vão às reuniões nos seus estados para verificar os problemas de cada conselho. Leonardo faz informe sobre o Fórum Interconselhos, na sua avaliação foi uma farsa, entregaram um CD que deveria conter informações como a proposta orçamentária, mas ninguém conseguiu abrir o CD. A maioria dos conselhos não teve espaço de fala, pois muitos não tinham se preparado para a ocasião nesse sentido. Fica a percepção de que o MPOG vai usar o Fórum para dizer que houve consulta popular no orçamento, mas na verdade não saiu nenhuma deliberação do Fórum. Marquinhos sugere estreitar os laços com os outros conselhos, tendo em vista o caráter intersetorial das pautas do CNDH. Frigo sugere que saia um posicionamento político conjunto com outros conselhos sobre o Fórum, pois o orçamento não foi debatido realmente, ficou aprovada a elaboração de uma nota pública conjunta. Na parte da tarde foi feito o planejamento para a reunião de dezembro e início de 2018, algumas das próximas atividades maiores do Conselho já estão indicadas que são dois seminários, a reunião amplia, a audiência pensada no âmbito da Comissão de Comunicação. Foi feita sugestão para que as reuniões voltassem a ser na segunda semana do mês, pensar também na possibilidade de realização das reuniões descentralizadas. A presidência foi dividida de forma a não deixar um espaço de vacância na transição, por isso a partir de 1º de janeiro a Fabiana já entra como presidenta do CNDH. Após a definição do calendário, Nívia inicia o relato sobre a análise dos documentos, respondidos ou não, a partir dos ofícios saídos do CNDH, foi elaborado um relatório com o que foi possível extrair a partir das respostas. As recomendações do relatório vão ser direcionadas às empresas e órgãos no âmbito federal, estadual e municipal, salientando a falta de respostas, de respostas incompletas ou ausência de resposta por parte destes. Seria importante incluir a perspectiva da sociedade civil nessas recomendações considerando o viés da Carta Pública assinada por inúmeras pessoas, organizações e movimentos na ocasião dos dois anos do desastre. O documento final seria enviado para as instâncias internacionais, com intermediação da Conectas. Sobre os pescadores de Valadares que estão tendo que comprovar a sua condição de pescador anterior ao desastre, a Nívia se absteve sobre qual posição a ser tomada pelo CNDH, o pleno optou por acompanhar o caso, mas sem tomar um posicionamento público no momento. O último ponto tratado foi sobre Rio dos Macacos, a questão é pensar em como fazer um acompanhamento mais de perto do caso. Deborah coloca os problemas percebidos neste caso que são: a dificuldade de trânsito na comunidade que só poderia entrar e sair pela Vila Naval que limitava a entrada de carros para a comunidade, havia um projeto para criar outro local para entrada e saída, mas não está sendo tocado; o outro problema é a decisão da Marinha que para que outras pessoas entrem na comunidade é preciso autorização da SEPPIR; e, por fim, como está sendo garantido acesso à água desta comunidade. Renata coloca que a informação da Secretaria de Governo é que essa autorização é necessária há muitos anos. Frigo encaminha que se for para fazer uma missão terão que ser consideradas as questões da estrada, água, luz, etc., mas, por enquanto, a situação ficará sendo monitorada para não tomar uma atitude precipitada que não terá o efeito desejado. Deborah coloca uma última questão que é a ausência de comissões sobre gênero e raça no CNDH, tendo em vista a importância desses temas também em âmbito nacional, questiona se não seria possível colocar essas temáticas para serem abarcadas por outras comissões, isso ficou para ser deliberado em outra reunião com maior quórum. Frigo agradece e encerra a 32ª reunião do plenário do CNDH.